



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

CURSOS DE TURISMO NO RS: FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES

Maria da Graca Gomes Ramos

Universidade Federal de Pelotas

mggramos@gmail.com

Tania Elisa Morales Garcia

Universidade Federal de Pelotas

tanisa@uol.com.br

Dalila Rosa Hallal

Universidade Federal de Pelotas

dhallal@ufpel.edu.br

Dalila Müller

Universidade Federal de Pelotas

dmuller@ufpel.edu.br

Mariangela da Rosa Afonso

Universidade Federal de Pelotas

mrafonso.ufpel@gmail.com

RESUMO

O interesse no turismo como área de estudo, cresceu ao longo do tempo no espaço acadêmico. A questão da formação do profissional de turismo é um dos assuntos que recorrentemente é debatido nesse contexto. Nesse sentido, pesquisar sobre a formação acadêmica do docente dos cursos de turismo denota a preocupação de conhecer quem é esse professor que atua nessa área do ensino superior. Nessa perspectiva, o presente estudo apresenta dados sobre a formação acadêmica de 96 docentes pertencentes a 7 cursos superiores de Turismo do Rio Grande do Sul. Foi utilizado como fonte de dados no estudo, o portal do MEC-Sistema-e-MEC, plataforma lattes do CNPq e informações disponibilizadas na Website das instituições investigadas. Os resultados encontrados apontam que apenas em torno de 20% dos docentes pesquisados possuem formação em nível de graduação ou de pós-graduação em nível *stricto sensu*, na área de turismo. Esses dados trazem reflexões e apontam desafios para essa formação, pois o que se espera do docente no ensino superior é conhecimento do contexto e especificidades em que a atividade profissional se desenvolve, de modo a poder partilhar com os alunos a possibilidade de uma intervenção criteriosa e eficaz nessa realidade, o que em última instância é o objetivo da formação superior.

Palavras-chave: Cursos de Turismo- docentes- formação acadêmica

Introdução

O Turismo como área de estudo, vem se ampliando ao longo do tempo, conquistando espaços na academia, através do crescente número de pesquisas desenvolvidas e do interesse de pesquisadores em discutir temas inerentes a esse campo. A questão da formação do profissional de turismo é um dos assuntos que recorrentemente é debatido em eventos científicos.

Há um entendimento que a educação superior no século XXI, requer uma formação que atenda o cenário do contexto social globalizado, exigindo de seus membros uma postura reflexiva, habilidades e competências próprias para vencer a problemática do mundo do trabalho.

Na sociedade atual, as transformações das profissões ocorrem de maneira cada vez mais acelerada e isso traz a necessidade de implementar modificações na forma de conduzir a formação acadêmica, promovendo modificações no que e como ensinar. Hoje a formação profissional deve prover as pessoas de competências, de mobilização de saberes, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos, capazes de dar conta de uma realidade cada vez mais complexa.

Na área de turismo, a obtenção da graduação deve ser garantia de que o acadêmico teve acesso ao conhecimento na área e de que, potencialmente, tem competência no *saber fazer*. O *saber fazer* está ligado ao domínio dos conhecimentos teóricos científicos e técnicos da área. É fundamental, que os docentes da área conheçam a dimensão das tendências e práticas que têm caracterizado a profissão no Brasil, para compreender a função social do profissional em nossa sociedade. Essa compreensão constitui-se num ponto de partida para a percepção do presente e, simultaneamente, para a identificação das transformações ocorridas e dos espaços que se descortinam para esse profissional.

Nas últimas décadas, no mundo inteiro, acontece um movimento de internacionalização na educação superior, que deposita na qualidade da educação o pilar para a formação e atuação profissional. Do mesmo modo, percebe-se na educação superior brasileira, a preocupação com a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

Associado a esse contexto, que vem provocando mudanças de toda a natureza, está o processo de formação proposto pelos cursos superiores de turismo, que precisam garantir a qualidade do serviço oferecido para poder dar conta de valores que tornem seus egressos, cidadãos competentes e adequados ao seu meio, com rumo definido e visão clara da realidade.

Nesse sentido, surge como desafio para nós, profissionais do mundo acadêmico, refletir sobre a formação acadêmica dos docentes dos cursos de turismo, responsáveis pela formação dos profissionais desta área.

Desse modo, o presente estudo apresenta dados sobre a formação acadêmica dos docentes de cursos superiores de turismo do RS possibilitando uma radiografia do perfil acadêmico dos mesmos, visando contribuir para melhor compreender o contexto de formação dos novos profissionais da área.

1 Ensino Superior no Brasil e Docência

A educação superior tem sido chamada a assumir novos compromissos e responsabilidades, demarcando o cenário educacional brasileiro com preocupações relacionadas à qualidade da educação oferecida e ao desempenho de suas organizações.

Desse modo a análise desse contexto, dirige o olhar para a produção do conhecimento e a formação profissional, áreas essas consideradas, fundamentais para a inserção de qualquer país no processo competitivo no mundo globalizado.

A transformação do capital e da ciência, articulada às mudanças tecnológicas referentes à circulação da informação produzem a ideia de *sociedade do conhecimento*, na qual o valor mais importante é o uso intensivo e competitivo dos conhecimentos.

Nessa perspectiva há novas demandas por conhecimentos, provenientes dos diversos setores da sociedade organizada, e aumentos contínuos na procura pelo ensino superior, em suas formas as mais diversas.

É sabido que no Brasil historicamente, a demanda social por mais vagas no ensino superior, foi resolvida de modo quantitativo, através da disseminação de faculdades isoladas. O crescimento se processou pela expansão da rede privada que cresceu constantemente enquanto a rede pública não apresentou a mesma evolução. Desse modo, estabeleceu-se um divórcio entre o ensino público e o privado pelas políticas do governo federal, que apostaram na pesquisa e Pós-graduação nas universidades públicas e estimularam o crescimento das instituições privadas, para que estas se especializassem no ensino de graduação de massa, gerando um efeito socialmente perverso de uma democratização do terceiro grau através do ensino pago e de baixa qualidade média. Há um amplo predomínio do setor privado tanto no que se refere às instituições como às matrículas e números de cursos de ensino superior.

Nos últimos anos, entretanto, foi implantada uma política de democratização do ensino superior, com aumento no número de cursos e vagas. Como consequência, um público mais heterogêneo tem chegado às universidades, acompanhado de novas demandas de formação.

Assim sendo, após décadas sem expandir o ensino superior no âmbito federal, o governo do presidente Lula, cria quatorze novas universidades federais em diversos estados do Brasil, beneficiando importantes regiões metropolitanas. Essa iniciativa, aliada à multiplicação dos *campi* dos Institutos Federais de Ensino (IFE) e outras políticas públicas como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, e da Universidade Aberta do Brasil –UAB, visa provocar impacto nos números referentes às instituições e matrículas do setor público federal. Através do Reuni, o governo federal buscou prover as universidades das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, congregando esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação (AFONSO; RAMOS; GARCIA, 2012).

Como resultado dessas políticas e frente a necessidade de rápida resposta para a formação de profissionais, e da evolução das novas tecnologias, novos formatos de cursos foram adotados. A saber, os cursos na modalidade de ensino a distância e os cursos de menor duração voltados à formação profissionalizante de nível superior, chamados tecnológicos.

Alicerçado em princípios como a democratização e a inclusão, o Reuni, através da implantação de novas universidades, novos campus universitários e do aumento no número de matrículas contribuiu para uma nova configuração da educação superior no país. Além disso, a forte interiorização das instituições federais de ensino superior, iniciou um processo de diminuição das assimetrias regionais existentes no país.

É preciso reconhecer, que o Reuni foi um impulso decisivo para restabelecer o papel do Estado de indutor da expansão do ensino superior pela rede pública, o que vem contribuir para amenizar a atual característica do ensino superior brasileiro, de predominância de matrículas no setor privado. A expansão ocorrida com as universidades federais, foi uma das mais importantes políticas públicas do governo federal para o país.

Relatórios sobre o Reuni, apontam que a universidade brasileira evidenciou elevação da titulação do quadro docente no período de vigência do programa. Percentualmente, verificou-

se que a maior elevação se dá em relação ao título de doutorado, seguida de crescimento na titulação de mestrado. (AFONSO; RAMOS; GARCIA, 2012)

Além disso, as propostas de expansão do ensino superior, evidenciam ações em sintonia com o processo de internacionalização propondo que as instituições, particularmente as universidades, busquem a ampliação desse espaço, de modo a dar conta de uma sociedade cada vez mais multicultural e internacional.

No que se refere ao ensino superior de turismo, no Brasil, o seu enquadramento como curso de graduação ocorreu a partir da década de 1970.

Conforme Teixeira (2007), ao ser considerado o turismo como solução para o desenvolvimento econômico do Brasil, na referida década, a criação de cursos de turismo foi incentivada, associado a demanda por vagas no ensino superior, pois era um curso que chamava a atenção dos empresários da educação, por ser diferente e bom de mercado, necessitando de pouco investimento e de fácil retorno.

O ensino superior de turismo surgiu no momento em que se buscava dar à formação educacional caráter profissionalizante, para atender necessidades do Mercado (MATIAS, 2005). Ocorre a graduação em turismo juntamente com o movimento de expansão do ensino superior brasileiro.

Nesse sentido, (HALLAL, et al) colocam que o contexto histórico-social foi fundamental na criação dos cursos superiores de turismo no Brasil, principalmente considerando a oficialização do turismo com a criação da EMBRATUR.

No Rio Grande do Sul, o ensino superior em turismo também se estabelece oficialmente na década de 1970, inserido num contexto nacional de desenvolvimento, no qual o turismo é visto como uma atividade econômica de futuro, necessitando assim de recursos humanos especializados (HALLAL, et al). O primeiro curso de Graduação em Turismo foi criado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS em Porto Alegre, iniciando suas atividades em 1972.

Nas décadas de 1990-2000 observou-se uma forte expansão com um crescimento significativo de abertura de cursos superiores de turismo em todo o território brasileiro. No entanto, esse movimento nos últimos anos modificou-se, com o fechamento de vários cursos no país, o que evidencia um excedente na oferta dos mesmos.

Para dar conta da formação do profissional do século XXI é necessário promover e assegurar a qualidade das atividades e processos formativos no interior das instituições de ensino superior brasileiras. Nesse sentido, entende-se a importância de regular e controlar a qualidade da oferta dos cursos dessas instituições, de modo que sistemas de avaliação respondam por um papel crítico na garantia da qualidade do ensino ofertado.

Os órgãos responsáveis pela educação superior através da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 instituíram o SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior (IES), dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O SINAES entre outras finalidades, visa contribuir para a avaliação dos cursos de graduação por meio da verificação das competências, habilidades e conhecimentos desenvolvidos pelos estudantes.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é um dos pilares do SINAES, é um importante instrumento de aferição e de promoção da qualidade para os cursos de graduação. Busca medir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências, possibilitando aos cursos o acompanhamento dos resultados de suas ações pedagógicas. Permite ainda, avaliar comparativamente a formação oferecida pelas IES aos estudantes das respectivas áreas avaliadas. (INEP, 2013).

No que diz respeito à avaliação dos cursos de graduação, consta no instrumento avaliativo o item corpo docente, discente e corpo técnico-administrativo, onde é considerado entre

outros aspectos, a titulação e experiência dos docentes. Para que o curso obtenha o conceito mínimo de qualidade neste item, pelo menos 50% dos seus docentes tem que ter titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* (MEC/INEP, 2012). Isso, só vem ratificar, o significado que tem a titulação docente, no desempenho da carreira do ensino superior.

Nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, nas áreas específicas do saber, o profissional confronta-se com o conhecimento sistematizado e com códigos de um campo do saber, integrantes do processo de titulação, aspectos esses importantes na qualificação do docente.

Nessa perspectiva, a titulação obtida pela pós-graduação não é apenas instância certificadora, mas também de qualificação através do acesso ao saber sistematizado e da produção do conhecimento em áreas específicas.

A titulação enquanto qualificação, é mediação para a pesquisa e o saber docente, Portanto, é uma cadeia em movimento: a qualificação obtida a partir da titulação reflete no saber docente que por sua vez gera pesquisa e produção do conhecimento.

Nas últimas décadas, há um entendimento que a formação do professor universitário se ergue sobre atividades de pesquisa. É visível que tanto os planos de carreira das instituições de ensino superior como a própria exigência do Estado para o credenciamento dessas instituições estabelece como parâmetro de qualidade os requisitos estabelecidos na pós-graduação *stricto sensu*.

A frequência à Pós-graduação pode ser entendida como instância que habilita o profissional ao exercício do magistério superior. No entanto, isso não acontece necessariamente, pois o acesso ao conhecimento sistematizado de uma dada área de conhecimento garante a disponibilização de conhecimentos específicos, certamente essenciais para o professor e para o pesquisador, mas não suficientes para o exercício da docência.

A formação específica do professor do ensino superior é inquestionável e a formação continuada apresenta-se como fundamental, ao desenvolver o indivíduo, proporcionando uma melhora profissional e humana buscando adequá-lo às mudanças sociais, políticas econômicas e científicas do mundo em que vive.

Entende-se que a docência universitária tem sido considerada numa dimensão diferenciada, como um espaço profissional distinto, requerendo formação e qualificação específica. As profissões de modo geral, são definidas pelas suas práticas, constituídas por um monopólio de regras, assim como pelos conhecimentos necessários ao desenvolvimento de cada atividade. No caso da profissão docente, esta apresenta um conjunto de conhecimentos característicos, mas com determinadas diferenciações marcadas pelos contextos de atuação e pelas áreas de conhecimento nas quais o profissional pode atuar.

A profissão percebida como uma construção social é uma realidade socio-histórica, produzida pela ação dos atores sociais. Nesse sentido, a profissão não é um elenco de atributos de base definidos uma vez por todas, no sentido determinista.

Segundo Cunha (2005) profissionalidade, traduz a ideia da profissão em ação, movimento e por tal, essa concepção, talvez seja mais adequada do que a de profissão, para referir-se ao trabalho docente, pois o exercício da docência não é estático e permanente, implica entre outros aspectos, em processo, mudança, novas experiências, informações, e interações.

Para Folle (2008) o percurso profissional é resultado de uma ação conjunta de três processos de desenvolvimento: processo de crescimento individual; processo de aquisição de competências de eficácia no ensino e de organização do processo ensino-aprendizagem; e processo de socialização profissional.

Para Tardif (2005) o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa, com sua experiência de vida e com sua história profissional, não é uma coisa que

flutua no espaço, e é necessário estudá-lo relacionando-o com os elementos constitutivos do trabalho docente.

Acredita-se que a docência alimenta-se da prática realizada enquanto professor, considerando aquilo que é valor entre seus pares e que tem significado no seu campo científico.

Nesse sentido, o cotidiano docente não é um espaço neutro, regido por idealismos. Reflete as mesmas disputas de qualquer campo social na organização capitalista da sociedade. Está plasmado num ambiente de negociações e disputas e de busca crescente de credibilidade junto aos pares.

No cenário brasileiro, percebe-se um imaginário que concebe a docência como atividade científica, em que basta o domínio do conhecimento específico e o instrumental para produção de novas informações, para que se cumpram seus objetivos.

Cunha (2005) argumenta que há um privilégio da meritocracia e da individualidade ao se analisar a carreira docente, depositando no acúmulo de capital cultural e científico a centralidade da qualificação docente, através dos níveis de pós-graduação obtidos.

Entretanto, a qualificação da profissão docente é muito mais complexa. Envolve muitos outros requisitos, além da titulação, que é condição necessária, mas não suficiente para que a mesma ocorra.

Desse modo, avaliar essa categoria profissional exige o entendimento que as dimensões da sua formação, envolvem não somente a carreira docente, mas também o seu percurso profissional, de maneira a melhor conhecer quem é este docente que está atuando no ensino superior, desenvolvendo a sua prática pedagógica do fazer universitário.

2 Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos por esta investigação, no primeiro momento, escolhemos como fonte de dados o portal do Ministério da Educação-Sistema-e-MEC, a plataforma lattes do CNPq, e informações disponibilizadas na Website das instituições em estudo. Inicialmente, foi realizado um mapeamento através da base de dados do e-MEC de todos os cursos de graduação de Turismo presenciais, em plena atividade, no Rio Grande do Sul, no ano de 2014. Num segundo momento, a partir deste mapeamento, selecionamos os docentes pertencentes aos cursos de Turismo e buscamos junto a plataforma lattes, o currículo dos mesmos. Através da análise do currículo lattes de cada docente selecionamos as informações sobre a formação acadêmica dos mesmos. Neste momento, trazemos dados apenas sobre a formação acadêmica dos docentes de sete cursos de Turismo dos 27 existentes no RS.

3 Sinalizando alguns resultados

Até o presente momento, foram levantados dados sobre os docentes de 7 cursos de Turismo da modalidade presencial, dos 27 existentes no RS. Através dos dados consultados encontramos um total de 106 docentes pertencentes aos cursos de Turismo do RS, porém não foi encontrado na plataforma lattes, informações sobre 10 desses docentes. Desse modo, tomou-se como referência para análise dos dados, o total de 96 docentes.

Apresenta-se na Tabela 1 a seguir, os resultados obtidos a partir do levantamento realizado sobre a titulação do corpo docente de 7 Cursos de Turismo do RS.

Tabela 1-Titulação dos Docentes de Cursos de Turismo do RS

Cursos	Titulação dos Docentes							
	Doutores		Mestres		Especialistas		Total	
	N. ^o	%	N. ^o	%	N. ^o	%	N. ^o	%
Curso 1	13	52	10	40	2	8	25	100
Curso 2	1	10	7	70	2	20	10	100
Curso 3*	-	-	1	100	-	-	1	100
Curso 4	1	16,7	5	83,3	-	-	6	100
Curso 5	1	9,1	10	90,9	0	-	11	100
Curso 6	5	23,8	15	71,5	1	4,7	21	100
Curso 7	1	4,5	20	91	1	4,5	22	100
Total	22	22,9	68	70,8	6	6,3	96	100

Fonte: Pesquisa direta, 2014

*Encontrado apenas o currículo lattes de um docente

Com base nas informações levantadas, conforme observa-se na tabela 1, do total de 96 docentes, 22,9% (22) possuem o título de doutor, 70,8% (68) o título de mestre e 6,3% (6) não possuem pós-graduação em nível *stricto sensu*. O curso com maior percentual de professores com o título de doutor alcançou o valor de 52% do total do corpo docente. Com relação ao título de mestre, o curso 5, apresentou 90,9% de mestres do total do corpo docente.

Cabe destacar que as informações levantadas mostraram que, do total de 70,8% dos docentes com mestrado, apenas 20,3% são mestres em Turismo, os demais possuem mestrado nas mais diversas áreas do conhecimento. Com relação ao título de doutor, dos 22 docentes doutores, apenas 1 é doutor em turismo, os demais têm formação em diferentes áreas, tais como: administração, educação, comunicação social, letras, história, ciências sociais, etc. Outro aspecto observado, diz respeito a área de graduação do corpo docente dos cursos de turismo investigados. Do total de 96 docentes, 17,7% (17) tem graduação em Turismo e 3,1% (3) em Hotelaria, alcançando um total de 20,8% do corpo docente. O percentual de docentes, graduados em Administração também é 17,7% (17), entretanto, a sua maioria 76,5% (13), pertencentes a um único curso. As demais formações encontradas são deversa: Ciências Econômicas, Comunicação social, Bacharelado e Licenciatura em Letras, Psicologia, História, Filosofia, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Nutrição, Pedagogia, Direito e Engenharia da Produção.

Os resultados encontrados levam à reflexões sobre o quanto os cursos de turismo investigados, com apenas 20% do corpo docente com graduação ou pós-graduação na área, estão conseguindo dar conta do perfil profissional proposto pelos respectivos projetos pedagógicos. Tem-se a clareza que, apenas considerar a formação acadêmica dos docentes para avaliar o contexto de formação dos profissionais nos cursos de turismo do RS é limitante. É necessário a análise de outros fatores, tais como a carga horária efetiva dos docentes nos cursos, a trajetória profissional desses docentes, a experiência e conhecimento dos mesmos na área de turismo, independentemente da sua formação acadêmica. Entretanto, esses são dados ainda não foram tabulados e portanto, não podem fundamentar ou complementar as informações obtidas até então.

Os resultados obtidos até o momento permitem apenas afirmar que a maioria dos docentes de 7 Cursos de Turismo do RS, pertencentes a instituições de ensino superior privado, não tem formação acadêmica na área em questão, tanto em nível de graduação como de pós-graduação *stricto sensu*. No entanto, é preciso reconhecer que embora o ensino de graduação na área de turismo exista no RS desde a década de 1970, a sua expansão significativa ocorreu a partir dos anos 2000, o que possivelmente pode estar relacionado com o baixo percentual de docentes com graduação na área. No que diz respeito à pós-graduação em nível *stricto sensu* em turismo, a mesma pode ser considerada insipiente no Brasil, se comparada a outras áreas do conhecimento, como por exemplo a área de administração. No RS existe apenas um programa de pós-graduação *stricto sensu*- mestrado em turismo, pertencente à Universidade de Caxias do Sul. Desse modo, não deve surpreender que o corpo docente dos cursos estudados, não apresentem um percentual alto de formação de pós-graduação em nível *stricto sensu* na área, e que as titulações obtidas sejam em outras áreas do conhecimento, que não turismo.

4 Considerações Finais

Ao se buscar a essência das discussões que permeiam o estudo, que tem como foco a formação acadêmica dos docentes dos cursos de turismo, nesse momento, enfatiza-se as considerações conclusivas do trabalho.

Acredita-se que a teia de relações que envolve a docência no ensino superior é complexa. Existe uma pluralidade de conceitos, práticas e posturas, que necessitam ser interpretados, de modo cuidadoso. Através dos autores que iluminaram o nosso olhar, percebeu-se que o docente de ensino superior, no esforço de interpretar a atividade que desenvolve, vai organizando um corpo específico de conhecimentos.

Observou-se que ao ser professor de ensino superior, se é professor de uma certa universidade, de um curso e de uma área profissional, o que faz com que todos esses aspectos interfiram na docência e no que vai alimentando o processo de construção permanente.

As reflexões empreendidas sinalizam que a chegada do Estado Avaliativo, faz com que governo determine os parâmetros de qualidade institucional, e que a instituição de ensino superior selecione e desenvolva uma política de capacitação de seus docentes orientada por tais parâmetros, priorizando a formação docente diretamente em cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. Isso não deixa dúvidas com relação a carreira dos professores universitários levar em conta o acúmulo de capital cultural e científico, ainda, que não se possa depositar neste aspecto a quase exclusividade da qualificação docente.

A titulação docente em nível *stricto sensu* para cumprir o papel, de qualificação, não pode ser avaliada unicamente em seu aspecto certificador, que valoriza apenas o conhecimento técnico-científico da área de atuação. A Pós-Graduação além do conhecimento específico, precisa abranger também a reflexão crítica e contínua sobre a prática pedagógica do fazer universitário que se constitui em diferentes e divergentes construções.

Em se tratando do levantamento realizado sobre a formação acadêmica dos docentes de 7 cursos de turismo do RS, os resultados em torno de 20% de formação e titulação na área em questão, apontam desafios para os cursos analisados, pois o esperado de uma atuação docente qualificada é conhecimento do contexto e especificidades em que a atividade profissional se desenvolve, de modo a poder partilhar com os alunos a possibilidade de uma intervenção criteriosa e eficaz nessa realidade, o que em última instância é o objetivo da formação superior. Nesse sentido, ainda que se tenha presente as limitações do estudo quanto a avaliar a qualificação do corpo docente, considerando apenas a formação acadêmica,

surgem preocupações no que diz respeito aos docentes desses cursos estarem suficientemente preparados com conhecimento em profundidade da realidade que cerca o campo do saber do turismo, de modo a realizarem uma análise criteriosa do conteúdo que deve ser transmitido aos acadêmicos, amparados na complementaridade e perícia de seus pares.

Referências

AFONSO, M. da R. RAMOS, M.G.G.; GARCIA, T. E. M. Movimentos da Expansão do Ensino Superior na Universidade Brasileira. Trabalho Apresentado no Painel Desafios da Educação Superior Contemporânea: inclusão e qualidade. **Anais**. XXX International Congress of the Latin American Studies Association - (LASA) San Francisco, California. 2011. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2012/files/3249.pdf>. Acesso em 30 de março de 2013

CUNHA, Maria Isabel da.(org.). **Formatos Avaliativos e Concepção de Docência**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FOLLE, Alexandra. **Construção da carreira docente no magistério público estadual; histórias de vida de professores de educação física**. 2008. 75 p. (Projeto de dissertação). Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina.

HALLAL, et al. O Contexto de Criação dos Cursos de Bacharelado em Turismo no Brasil. **Anais** do X Coloquio Internacional de Gestión Universitaria en America del Sur. Buenos Aires- Argentina, 8 a 10 de dezembro de 2010.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enade 2012- Relatório Síntese - Turismo** . SINAES. Brasília, 2013. Disponível em: www.inep.gov.br/educação_superior/enade/relatório_síntese/2012/2012_rel_turismo.pdf. Acesso em 23 de dezembro de 2013

MATIAS, Marlene. Formação Profissional em Turismo no Brasil no Início do Século XXI. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. et al. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p.199 – 219.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP – Sinaes. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília, 2012. Disponível em: download.inep.gov.br/...cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrument... Aceso em 20 de março de 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópoles: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Sérgio Henrique Azevedo. **Cursos superiores de turismo: condicionantes sociais de sua implantação: uma abordagem histórica (1968/1976)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2007.